

QUESTÕES IVA

Pergunta 1

Um professor universitário, que se dedica ao ensino com carácter de exclusividade, foi convidado, a título pessoal, para proferir uma conferência, mediante o pagamento de uma retribuição de € 1000,00, a que acrescerá IVA, se for devido.

O ato isolado descrito:

- a. Está sujeito a IVA, uma vez que não lhe aproveita qualquer isenção.
- b. Beneficia da isenção prevista no n.º 9 do art. 9.º do CIVA.
- c. Beneficia da isenção prevista no n.º 14 do art. 9.º do CIVA.
- d. Beneficia do regime previsto no art. 53.º do CIVA.

Pergunta 2

Uma sociedade, com sede em Faro, enquadrada no Regime Normal Mensal, que se dedica à comercialização de computadores e outros equipamentos eletrónicos, afetou ao seu escritório dois computadores que havia adquirido para venda pelo preço unitário de € 1000,00 (valor sem IVA).

- a. A operação descrita constitui uma transmissão de bens sujeita a IVA, cujo valor tributável será o preço de custo dos bens afetos ao escritório.
- b. A operação descrita constitui um autoconsumo interno, que não é considerado uma transmissão de bens, encontrando-se, por esse facto, fora do campo de incidência real do IVA.
- c. A afetação de bens descrita constitui uma operação sujeita a IVA, embora dele isento.

QUESTÕES IVA

d. A afetação de bens descrita só estaria sujeita a IVA se o seu valor ultrapassasse cinco por mil do volume de negócios do ano anterior.

Pergunta 3

O Sr. Pinto, enquadrado no Regime Normal Trimestral, vai trespassar, na próxima semana, o estabelecimento comercial que possui em Beja ao Sr. Ramos, que declarou no dia de ontem o início da sua atividade, tendo ficado enquadrado no Regime Normal Trimestral.

Nos termos do contrato celebrado, o trespasse vai ser realizado pelo preço global de € 500.000,00, correspondendo € 400.000,00 às mercadorias, € 20.000,00 aos bens de investimento e € 80.000,00 à chave do estabelecimento.

Qual o valor do IVA devido por esta operação?

- a. Zero.
- b. $23\% \times € 20.000,00$.
- c. $23\% \times € 400.000,00$.
- d. $23\% \times € 500.000,00$.

Pergunta 4

Das quatro operações a seguir descritas, assinale a que não pode ser considerada uma transmissão de bens.

- a. Fornecimento de eletricidade.
- b. Fornecimento de telecomunicações.

QUESTÕES IVA

c. Fornecimento de gasóleo.

d. Fornecimento de gás.

Pergunta 5

A Empresa de Empreitadas do Centro, S. A., com sede em Coimbra, enquadrada no Regime Normal Mensal, realizou, durante o mês em curso, as quatro empreitadas a seguir indicadas, para quatro municípios portugueses.

Assinale a empreitada em que a referida empresa não pode liquidar IVA, em virtude de essa competência ser do adquirente.

a. Pavimentação de uma estrada municipal.

b. Construção de um parque para estacionamento coletivo de veículos.

c. Pintura do gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

d. Construção de uma fonte luminosa na Praça do Município.

Pergunta 6

A sociedade A, com sede no Porto, que se dedica ao transporte internacional de mercadorias, realizou durante o corrente mês os serviços de transporte a seguir indicados.

Assinale o serviço de transporte que não é localizado em Portugal.

a. Transporte de bens de Portugal para França, faturado a um cidadão francês, que não tem a qualidade de sujeito passivo.

QUESTÕES IVA

- b. Transporte de bens da Alemanha para Portugal, faturado a uma sociedade com sede em Viseu, que utilizou o respetivo n.º de identificação fiscal para efetuar a aquisição.
- c. Transporte de bens de Portugal para a Bélgica, faturado a uma sociedade com sede em Espinho, que utilizou o respetivo n.º de identificação fiscal para efetuar a aquisição.
- d. Transporte, do Luxemburgo para Ovar, de bens pessoais, faturado a um emigrante residente naquele país, onde é trabalhador dependente.

Pergunta 7

Dos quatro serviços de restauro de obras de arte, efetuados no corrente mês pela sociedade A, com sede em Aveiro, enquadrada no Regime Normal Trimestral, assinale o que é tributável no território português.

- a. Restauro efetuado num museu em Londres, faturado ao próprio museu inglês.
- b. Restauro, levado a efeito no território português, de obras de arte recebidas de uma galeria italiana e devolvidas logo que concluído o restauro, faturado a essa galeria, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES.
- c. Restauro, levado a efeito no território português, de obras de arte de que é proprietário um museu português, embora faturado a um mecenas grego, que não tem a qualidade de sujeito passivo.
- d. Restauro efetuado num museu em Paris, embora faturado a um mecenas português, que não tem a qualidade de sujeito passivo.

Pergunta 8

QUESTÕES IVA

Das quatro situações a seguir indicadas, apenas uma não é tributável no território nacional. Indique-a.

- a. Deslocação de um técnico de uma sociedade alemã a Portugal, para aqui proceder à reparação de uma máquina de uma empresa do Regime Normal Mensal.
- b. Estudo de mercado efetuado em Portugal por uma empresa com sede em Braga, para uma empresa com sede no Canadá.
- c. Honorários cobrados por um advogado de Braga a um cidadão português que trabalha, como dependente, em França, pela sua intervenção num processo laboral num tribunal francês.
- d. Pagamento, por uma empresa portuguesa, com instalações fabris em Barcelos, enquadrada no Regime Normal Trimestral do IVA, a uma empresa belga, do transporte de mercadorias de Bruxelas para Barcelos.

Pergunta 9

Uma sociedade com sede na Irlanda, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES, participou numa feira internacional realizada em Lisboa, onde montou um stand, tendo suportado as seguintes despesas no território português:

- i) Alojamento e alimentação
- ii) Aluguer, pelo período de 3 dias, de uma viatura efetuado por uma empresa de rent-a-car portuguesa
- iii) Aluguer de equipamento de vídeo para exibição de filme promocional
- iv) Aquisição de gasolina para a viatura alugada

Das situações descritas, indique aquelas em que o IVA é devido no território nacional:

QUESTÕES IVA

- a. Todas.
- b. Nenhuma.
- c. Apenas a i).
- d. A i), a ii) e a iv).

Pergunta 10

Uma sociedade com sede em Leiria, enquadrada no Regime Normal Mensal, pretende adquirir a uma sociedade com sede no Japão, com um representante fiscal em França, determinado software, que lhe vai ser enviado através da Internet.

A referida aquisição:

- a. Está sujeita a IVA no território nacional, cabendo a liquidação do imposto à sociedade de Leiria.
- b. Está sujeita a IVA no território nacional, cabendo a liquidação do imposto ao representante fiscal da empresa japonesa em França.
- c. Está sujeita a IVA no território nacional, cabendo a liquidação do imposto à Autoridade Tributária e Aduaneira, uma vez que se trata de uma importação.
- d. Não está sujeita a IVA no território nacional.

Pergunta 11

1. Uma sociedade com sede em Setúbal, fabricante de máquinas industriais, enquadrada no Regime Normal Mensal, vendeu a uma sociedade com sede em Évora, igualmente enquadrada no Regime Normal Mensal, uma máquina da sua produção, nas seguintes condições: i) Preço acordado para a venda da máquina, a entregar no

QUESTÕES IVA

prazo de dois anos - € 800.000,00 (valor sem IVA); ii) Pagamento de 25%, por transferência bancária, na data da celebração do contrato, ocorrido em 10.12.2012; iii) A entrega da máquina ocorreu em 15.12.2010, data em que foi emitida a respetiva fatura.

Qual o IVA que a empresa de Setúbal teve de, relativamente a esta fatura, incluir na declaração periódica do IVA do mês de dezembro de 2012?

- a. € 184 000,00.
- b. € 142 000,00.
- c. € 138.000,00.
- d. € 126.000,00.

Pergunta 12

Um sujeito passivo enquadrado no Regime Normal Mensal emitiu em 18.01.2015 a fatura correspondente a uma venda que realizou em 30.11.2014.

Nestas condições, em que declaração periódica teve de incluir o IVA constante dessa fatura?

- a. Na de novembro de 2014.
- b. Na de dezembro de 2014.
- c. Na de janeiro de 2015.

QUESTÕES IVA

d. Numa qualquer das declarações indicadas.

Pergunta 13

Das quatro afirmações a seguir efetuadas, todas relacionadas com o facto gerador do imposto, há uma que não é verdadeira. Qual é?

a. Nas transmissões de bens, o IVA é devido e torna-se exigível no momento em que os bens são colocados à disposição do adquirente.

b. Nos fornecimentos de bens com a obrigação de instalação ou montagem por parte do fornecedor, o IVA é devido e torna-se exigível quando a instalação ou montagem estiver concluída.

c. Nas vendas à experiência, o IVA apenas é devido quando se verificarem os efeitos translativos do contrato.

d. Um técnico oficial de contas, enquadrado no Regime Normal Trimestral, que somente recebeu em 10.11.2014 os honorários correspondentes aos serviços prestados desde 01.01.2014 até 30.09.2014 a um seu cliente com sede no território nacional, apesar de o contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes prever que o pagamento seria efetuado trimestralmente, apenas teria de incluir o IVA correspondente a tais serviços na declaração periódica do 4.º trimestre de 2014.

0 pontos

Pergunta 14

A empresa B, com sede em Guimarães, enquadrada no Regime Normal Mensal, vem exercendo a atividade de confeção de artigos de vestuário num imóvel adquirido há seis anos em regime de locação financeira, faltando-lhe pagar à sociedade locadora o montante de € 30 000,00.

Estando a sociedade C interessada em tomar a posição contratual de B, propôs-lhe a aquisição dessa posição, mediante o pagamento a B de € 20 000,00 e o pagamento à sociedade de locação financeira da importância em dívida (€ 30 000,00).

Se a referida cessão se vier a concretizar:

QUESTÕES IVA

- a. B terá de liquidar IVA sobre € 50 000,00.
- b. B terá de liquidar IVA sobre € 30 000,00.
- c. B terá de liquidar IVA sobre € 20 000,00.
- d. A cedência de posição contratual num contrato de locação financeira imobiliária não está sujeita a IVA.

Pergunta 15

A sociedade C, com sede em Angra do Heroísmo (Açores), enquadrada no Regime Normal Mensal, entregou em 13.01.2015 à sociedade D, com sede na Praia da Vitória (Açores), uma máquina que esta lhe havia encomendado em 04.11.2014, no valor de € 200 000,00 (valor sem IVA), tendo-lhe emitido a competente fatura em 10.02.2015.

A sociedade D, que tinha efetuado um adiantamento, por meio de cheque, no valor de 25% do preço, na data da encomenda, efetuou o pagamento da parte restante em três prestações iguais, nos meses de fevereiro, março e abril de 2015.

Perante estes dados, a sociedade C, que nunca recorreu ao processamento de faturas globais, devia ter liquidado o IVA devido nos seguintes termos:

- a. € 9000,00 em cada um dos meses de novembro de 2014 e de fevereiro, março e abril de 2015.
- b. € 9000,00, no mês de novembro de 2014 e € 27 000,00, no mês de janeiro de 2015.
- c. € 9000,00, no mês de novembro de 2014 e € 27 000,00, no mês de fevereiro de 2015.

QUESTÕES IVA

d. € 36 000,00, no mês de fevereiro de 2015.

Pergunta 16

1. Das quatro situações a seguir descritas, praticadas no corrente mês por uma sociedade, com sede em Felgueiras, que se dedica à fabricação de calçado desportivo, há uma que não está sujeita a IVA. Assinale essa situação.

a. Transferência de calçado, no valor de € 6000,00, da secção de produção para a loja de venda ao público.

b. Oferta de calçado, no valor de € 3000,00, ao clube desportivo local.

c. Alienação de uma máquina, pelo preço de € 4000,00, que havia adquirido em estado de novo em 2002.

d. Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros nova a uma sociedade alemã, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES.

Pergunta 14

Pela prestação de um serviço de construção civil, executado em janeiro de 2015 na cidade de Angra do Heroísmo, no montante de € 10 000,00, faturado pela sociedade A, com sede em Braga, enquadrada no Regime Normal Mensal, à sociedade B, com sede no Porto, enquadrada no mesmo regime e com direito integral à dedução do imposto suportado, o IVA deve ser liquidado nos seguintes termos:

a. € 1800,00, pela sociedade A.

b. € 1800,00, pela sociedade B.

QUESTÕES IVA

- c. € 2300,00, pela sociedade A.
- d. € 2300,00, pela sociedade B.

Pergunta 18

Uma oficina de reparação de automóveis, com sede no Porto, enquadrada no Regime Normal Mensal, celebrou com um fabricante de autocarros espanhol, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES, um contrato, em que se comprometia a prestar serviços de assistência, dentro do período de garantia, a veículos vendidos a clientes portugueses.

No passado dia 30.06.2015 procedeu à reparação de um autocarro, com matrícula portuguesa, propriedade de uma empresa com sede no Seixal, tendo agora de emitir ao fabricante espanhol a fatura correspondente à referida reparação.

Como deve emitir essa fatura?

- a. Com IVA português.
- b. Com IVA português, uma vez que a viatura tem matrícula portuguesa.
- c. Sem IVA, uma vez que o cliente possui n.º fiscal espanhol.
- d. Sem IVA, uma vez que a fatura está a ser emitida no âmbito de um contrato de prestação de serviços de carácter continuado com uma empresa espanhola.

Pergunta 19

1. Uma empresa de transportes com sede em Paris, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES, faturou a uma empresa portuguesa, enquadrada no Regime Normal do IVA e que utilizou o respetivo n.º de identificação fiscal para efetuar a aquisição do serviço, um transporte de bens de Barcelona (Espanha) para Bruxelas (Bélgica).

Esse transporte é considerado localizado:

QUESTÕES IVA

- a. Na França.
- b. Em Portugal.
- c. Na Espanha.
- d. Na Bélgica.

Pergunta 20

A empresa C, com sede em Leiria, enquadrada no Regime Normal Mensal, emitiu em 20.01.2013 a fatura correspondente aos trabalhos de reparação das máquinas da empresa D, igualmente com sede em Leiria, que totalizam a importância de € 100 000,00 (valor sem IVA).

Sabendo-se que a empresa C havia recebido em 30.12.2010, mediante transferência bancária efetuada por D, a importância de € 12 100,00 (com IVA incluído à taxa de 21%), qual o IVA que a empresa C terá, relativamente à empreitada descrita, de incluir no apuramento referente ao mês de janeiro de 2013?

- a. € 20 700,00.
- b. € 20 900,00.
- c. € 21 000,00.
- d. € 23 000,00.
- Pergunta 1

QUESTÕES IVA

Pergunta 21

1. Das quatro situações a seguir descritas, realizadas no mês findo, assinale a que está isenta de IVA.
 - a. Serviços de formação profissional prestados por um formador (pessoa singular), que no ano findo teve um volume de negócios de € 12 000,00 nessa atividade, a uma associação reconhecida como competente nesse domínio.
 - b. Serviços prestados por um jardim de infância, a quem foi atribuído alvará pelas entidades competentes.
 - c. Cessão de exploração de um estabelecimento comercial efetuada por um sujeito passivo do Regime Normal Trimestral.
 - d. Transporte de doentes efetuado por uma entidade privada, sem autorização para o efeito.

Pergunta 22

Das quatro situações a seguir descritas, realizadas por uma sociedade com sede em Faro, enquadrada no Regime Normal Mensal, apenas numa delas não terá de ser liquidado IVA português, em virtude de essa situação beneficiar das isenções previstas no artigo 14.º do CIVA ou no artigo 14.º do RITI.

Assinale a situação em que não terá de ser liquidado IVA português.

- a. A venda é faturada a uma empresa belga, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES, mas os bens são entregues a uma empresa portuguesa, com sede e único estabelecimento em Aveiro.

QUESTÕES IVA

- b. A venda é faturada a uma empresa portuguesa, com sede e único estabelecimento em Setúbal, mas os bens são entregues a uma empresa francesa, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES.
- c. A venda é faturada a uma empresa com sede nos Estados Unidos da América, mas os bens são entregues num armazém que a empresa americana possui em Portugal, a partir do qual esta faz a respetiva distribuição no território nacional.
- d. A venda é faturada a uma empresa italiana, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES, mas os bens são entregues a uma empresa marroquina, com sede e único estabelecimento em Casablanca (Marrocos).

Pergunta 23

Uma sociedade que, desde o início da sua atividade, realiza exclusivamente operações abrangidas pelo n.º 30 do artigo 9.º do CIVA, sem nunca ter renunciado a essa isenção, vai proceder, no final do corrente mês, à transmissão de uma grua pertencente ao seu ativo fixo tangível.

A transmissão da referida grua:

- a. Beneficia da isenção prevista no n.º 30 do artigo 9.º do CIVA.
- b. Beneficia da isenção prevista no n.º 32 do artigo 9.º do CIVA.
- c. Não está sujeita a IVA, por força do n.º 4 do artigo 3.º do CIVA.
- d. Está sujeita a IVA à taxa de 23%.

Pergunta 24

QUESTÕES IVA

1. Das situações a seguir descritas, praticadas por sujeitos passivos estabelecidos no território nacional e enquadrados no Regime Normal, assinale aquela que está sujeita a IVA e dele não isento.

a. Cedência de exploração de um estabelecimento comercial por parte de um sujeito passivo do Regime Normal do IVA a outro sujeito passivo do mesmo regime.

b. Venda de um barco de pesca costeira a um pescador.

c. Transporte de passageiros de Lisboa para o Funchal.

d. Oferta de artigos de vestuário à Cruz Vermelha Portuguesa, para distribuição a pessoas carenciadas.

Pergunta 25

1. Face ao que dispõem os n.os 4 a 6 do artigo 12.º do CIVA, apenas numa das quatro situações a seguir descritas, todas ocorridas no mês em curso, é possível renunciar às isenções previstas nos n.os 29 e 30 do artigo 9.º do CIVA.

Assinale a situação em que é possível a renúncia.

a. Venda, por parte de uma empresa têxtil, enquadrada no Regime Normal Mensal, a outra empresa têxtil, enquadrada no mesmo regime, de um edifício industrial por ela adquirido, com renúncia à isenção prevista no n.º 30 do artigo 9.º do CIVA, em 1995 e começado a utilizar na sua atividade no mesmo ano.

b. Venda de um edifício industrial, acabado de construir, por uma empresa que se dedica à construção de prédios para venda, a uma sociedade que se dedica à reparação de automóveis e se encontra enquadrada no Regime Normal Trimestral.

QUESTÕES IVA

- c. Locação financeira de um imóvel entre uma sociedade de locação financeira e uma instituição particular de solidariedade social, cuja utilidade social está devidamente reconhecida pelas autoridades competentes.
- d. Cessão de exploração de um estabelecimento comercial por parte de um sujeito passivo do Regime Normal a outro do mesmo regime.

Pergunta 26

- 1. Das situações a seguir descritas, praticadas por sujeitos passivos estabelecidos no território nacional e enquadrados no Regime Normal Mensal, assinale aquela que, embora sujeita a IVA, está dele isenta.
 - a. Cessão de exploração de um estabelecimento comercial efetuada por um sujeito passivo do Regime Normal Trimestral.
 - b. Oferta a uma instituição particular de solidariedade social de artigos de vestuário produzidos por uma empresa têxtil enquadrada no Regime Normal Mensal, para distribuição por pessoas carenciadas no território nacional.
 - c. Alienação, por parte de um fabricante de mobiliário, de uma máquina por ele utilizada desde 1999, ano em que a adquiriu em estado de nova.
 - d. Venda, por parte de uma ourivesaria, a um turista alemão, de férias em Portugal, de um artefato de ouro no valor de € 500,00.

Pergunta 27

- 1. Das quatro situações a seguir indicadas, ocorridas numa empresa, enquadrada no Regime Normal Mensal do IVA, que se dedica ao fabrico de calçado, apenas numa delas não terá de ser liquidado IVA. Qual é?

QUESTÕES IVA

- a. Alienação de uma viatura ligeira de mercadorias adquirida em 2005.
- b. Alienação de uma viatura ligeira mista adquirida em 2006 a um particular.
- c. Alienação de uma viatura ligeira de passageiros adquirida em estado de nova em 2007.
- d. Alienação de uma máquina de costura adquirida em 2008 a um revendedor de bens em segunda mão, que indicou na fatura “IVA – Bens em segunda mão”.

Pergunta 28

A sociedade B, com sede em Paços de Ferreira, que se dedica ao fabrico de mobiliário, vendeu, em 14.08.2015, a um seu cliente estabelecido em Luanda (Angola), bens da sua produção, no valor de € 40 000,00, tendo a expedição e o transporte sido efetuados por conta do vendedor.

Para efeitos de IVA, a venda descrita:

- a. Por se tratar de uma transação entre dois sujeitos passivos, está sujeita e não isenta de IVA no território nacional.
- b. Constitui uma transmissão de bens efetuada por um sujeito passivo registado para efeitos de IVA no território nacional e, por isso, tributada em IVA.
- c. Constitui uma transmissão de bens sujeita a IVA no território nacional, embora dele isenta, desde que observados determinados requisitos.
- d. Constitui uma transmissão de bens não sujeita a IVA no território nacional, pelo facto de os bens terem sido expedidos para fora do território da UE.

QUESTÕES IVA

Pergunta 29

O Sr. Santos, com domicílio fiscal na Guarda, exerce a atividade de comissionista, pela qual se encontra enquadrado no Regime Normal Trimestral.

No trimestre em curso recebeu de uma sociedade com sede em Gouveia, enquadrada no Regime Normal Mensal, comissões no valor de € 5000,00, referentes às vendas por ela efetuadas no trimestre anterior, com a intermediação do Sr. Santos, a uma sociedade espanhola, sujeito passivo de IVA em Espanha e cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES.

Sabendo-se que os bens vendidos pela empresa de Gouveia foram transportados das instalações da empresa portuguesa para as da empresa espanhola por conta desta, as comissões auferidas pelo Sr. Santos:

- a. Estão sujeitas a IVA à taxa de 23%.
- b. Beneficiam da isenção prevista na alínea q) do n.º 1 do art. 14.º do CIVA.
- c. Beneficiam da isenção prevista na alínea a) do art. 14.º do RITI.
- d. Não são sujeitas a IVA no território nacional.

Pergunta 30

1. A venda, efetuada por uma empresa com sede em território português, de um armazém, sito no mesmo território, a uma empresa italiana sem estabelecimento estável no nosso país:

- a. Está isenta de IVA, por se tratar de uma transmissão intracomunitária.
- b. Está isenta de IVA, por se tratar da transmissão de um bem imóvel.

QUESTÕES IVA

- c. Apesar de estar isenta de IVA, beneficia do direito à dedução do IVA suportado.
- d. Apenas beneficiaria de isenção de IVA se o adquirente tivesse sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em território português e o armazém fosse utilizado numa atividade tributada.

Pergunta 31

Uma empresa com sede em Aveiro, enquadrada no Regime Normal Mensal do IVA, que está a realizar as obras de ampliação do edifício de uma junta de freguesia do concelho de Ponta Delgada (Região Autónoma dos Açores), emitiu no dia 15.10.2015 a fatura correspondente à 1.^a situação dos trabalhos realizados, nos termos do contrato de empreitada celebrado, na importância de € 100 000,00.

Qual o montante do IVA devido pelos trabalhos realizados?

- a. € 4000,00.
- b. € 6000,00.
- c. € 16 000,00.
- d. € 23 000,00.

Pergunta 32

Das quatro situações a seguir descritas, todas praticadas entre sociedades enquadradas no Regime Normal do IVA durante o mês de agosto de 2015, assinale aquela em que a taxa do IVA aplicável é a de 18%.

- a. Cedência de uma marca por parte de uma sociedade com sede no Funchal (cedente), a uma sociedade com sede em Coimbra (cessionária).

QUESTÕES IVA

- b. Publicidade efetuada por uma sociedade com sede em Ponta Delgada a uma sociedade com sede no Porto (adquirente).
- c. Empreitada de construção de um supermercado localizado em Angra do Heroísmo, efetuada por uma sociedade com sede em Braga.
- d. Locação de uma máquina efetuada por uma sociedade com sede no Funchal (locador) a uma sociedade com sede em Lisboa (locatária).

Pergunta 33

Das situações a seguir descritas, ocorridas no mês de agosto de 2015, assinale aquela que está sujeita a IVA à taxa de 23%:

- a. Cedência do passe de um jogador por parte de um clube da 1.^a Liga da Região Autónoma da Madeira a um clube da mesma Liga do continente.
- b. Honorários cobrados por um advogado com sede em Lisboa a uma sociedade com sede e único estabelecimento em Ponta Delgada.
- c. Fornecimento, por parte de uma sociedade com sede em Aveiro, de uma máquina para o fabrico de mobiliário, a uma sociedade com sede e único estabelecimento no Funchal, com a obrigação de montagem por parte do fornecedor.
- d. Aluguer de uma viatura, pelo período de 10 dias, efetuado por uma sociedade com sede e único estabelecimento em Ponta Delgada (locador), para utilização nesta cidade por uma sociedade com sede em Setúbal (locatário).

Pergunta 34

QUESTÕES IVA

Das situações a seguir indicadas, realizadas no corrente mês, qual é a que está sujeita a IVA à taxa de 18%, aplicável na Região Autónoma dos Açores:

- a. Publicidade no jornal A, editado em Lisboa, aos produtos de uma sociedade com sede em Ponta Delgada.
- b. Publicidade no jornal B, editado em Angra do Heroísmo, aos produtos de uma sociedade com sede no Porto.
- c. Venda de artigos de vestuário por uma sociedade com sede em Braga a uma sociedade com sede em Angra do Heroísmo.
- d. Deslocação de um cientista, com domicílio fiscal em Ponta Delgada, a convite de uma associação científica, para, na qualidade de trabalhador independente, proferir em Lisboa uma conferência sobre a vida das baleias.

Pergunta 35

A sociedade C, com sede e únicas instalações em Braga, enquadrada no Regime Normal Mensal, que se dedica à produção de máquinas de grande porte, vendeu em setembro de 2015 à sociedade D, com sede e únicas instalações no Funchal, pelo preço de € 40 000,00, uma dessas máquinas, que foi expedida, em várias partes separadas, das instalações do fabricante para as do cliente, com a obrigação de o fabricante proceder à sua montagem.

Relativamente ao fornecimento em causa, a sociedade C devia ter liquidado IVA no montante de:

- a. € 40 000,00 x 23%.
- b. € 40 000,00 x 22%.
- c. € 40 000,00 x 13%.

QUESTÕES IVA

d. € 40 000,00 x 12%.

Pergunta 36

1. Das quatro situações a seguir indicadas, assinale a que não está isenta de IVA.
 - a. Locação de espaços para publicidade.
 - b. Alienação de uma viatura de turismo por um sujeito passivo enquadrado no art. 9.º do CIVA desde o início da sua atividade.
 - c. Ensino de música por uma associação de cultura e recreio, sem fins lucrativos.
 - d. Prestações de serviços efetuadas no exercício da profissão de enfermeiro.

Pergunta 37

1. Das quatro situações a seguir descritas, indique aquela em que não é possível renunciar às isenções previstas no CIVA:
 - a. Venda de um prédio a uma instituição particular de solidariedade social enquadrada no art. 9.º do CIVA.
 - b. Fornecimento de refeições por parte de uma empresa portuguesa do regime normal do IVA aos seus empregados.
 - c. Ações de formação profissional ministradas por entidade reconhecida como tendo competência nesse domínio.

QUESTÕES IVA

d. Prestações de cuidados de saúde, incluindo internamentos, por parte de uma clínica privada, não integrada no sistema nacional de saúde.

Pergunta 38

Das situações a seguir descritas, praticadas por sujeitos passivos estabelecidos no território nacional e enquadrados no Regime Normal Mensal, assinale aquela que, embora sujeita a IVA, está dele isento:

- a. Venda de um barco de pesca costeira a um pescador.
- b. Cedência da posição contratual num contrato de locação financeira imobiliária, mediante o recebimento da importância de € 100 000,00.
- c. Alienação, por parte de um fabricante de mobiliário, de uma máquina por ele utilizada desde 1999, ano em que a adquiriu em estado de nova.
- d. Locação de espaços para publicidade.

Pergunta 39

1. Das operações a seguir indicadas, assinale aquela que está sujeita a IVA à taxa de 13%.

- a. Transmissão de objetos de arte efetuada por uma galeria de arte pertencente a uma sociedade por quotas.
- b. Rendas debitadas por uma sociedade de locação financeira, relativamente a um contrato de locação financeira de um trator agrícola.

QUESTÕES IVA

- c. Venda de bananas efetuada por um armazenista com sede no Funchal a um distribuidor estabelecido em Braga.
- d. Reparação do sistema de ar condicionado das instalações de uma empresa com sede em Ponta Delgada, efetuada por dois técnicos de uma sociedade com sede em Leiria.

Pergunta 40

1. Das quatro operações a seguir descritas, assinale aquela que está sujeita a IVA à taxa de 18% (taxa normal correspondente às operações consideradas realizadas na Região Autónoma dos Açores).
- a. Serviços de publicidade faturados por uma sociedade com sede em Lisboa a uma outra sociedade com sede e único estabelecimento em Ponta Delgada.
 - b. Serviços de publicidade faturados por uma sociedade com sede em Ponta Delgada a uma outra sociedade com sede e único estabelecimento no Porto.
 - c. Aluguer de equipamento faturado por uma sociedade com sede em Angra do Heroísmo a uma outra sociedade com sede e único estabelecimento em Coimbra.
 - d. Aluguer de uma viatura, pelo período de 5 dias, faturado por uma sociedade com sede e único estabelecimento em Faro a uma outra sociedade com sede na Horta, para utilização, por parte desta, no Continente.

Pergunta 41

Um amigo seu, sócio-gerente de uma sociedade têxtil com sede no território nacional, confidenciou-lhe que o seu técnico oficial de contas não está a deduzir o IVA das situações que seguidamente se apresentam.

QUESTÕES IVA

Há uma, porém, em que esse direito existe. Indique-a.

- a. Portagens das viaturas pesadas de mercadorias.
- b. Despesas de representação.
- c. Reparação das viaturas ligeiras de passageiros.
- d. Aquisição de água natural para distribuição, através de aparelhos adequados, pelos trabalhadores da empresa.

Pergunta 42

O técnico oficial de contas da empresa A, com sede em S. João da Madeira, que se dedica ao fabrico de calçado e se encontra enquadrada no Regime Normal Mensal, tem dúvidas sobre se pode deduzir o IVA contido nos documentos a seguir indicados.

Analizadas as situações, constata-se que apenas numa delas há direito à dedução do IVA a 100%. Indique essa situação.

- a. Fatura correspondente à aquisição de uma máquina para fornecimento gratuito de café aos empregados.
- b. Fatura correspondente à participação de dois administradores num congresso realizado em Lisboa.
- c. Fatura emitida por um prestador de serviços de Coimbra que, apesar de estar enquadrado no Regime Especial de Isenção, liquidou o IVA correspondente ao serviço prestado.

QUESTÕES IVA

d. Fatura correspondente à renda de um contrato de locação financeira de uma viatura ligeira de passageiros.

Pergunta 43

Um revendedor de combustíveis, enquadrado no Regime Normal Trimestral, suportou durante o 2.º trimestre de 2015 os seguintes montantes de IVA:

- 1) Com a aquisição, no mercado nacional, de combustíveis para revenda - € 100 000,00;
- 2) Com a energia elétrica do posto de abastecimento - € 100,00;
- 3) Com o gasóleo consumido na viatura ligeira de mercadorias afeta ao serviço da empresa - € 300,00.

Qual o IVA que pode deduzir?

- a. € 100 400,00.
- b. € 400,00.
- c. € 250,00.
- d. € 100,00.

Pergunta 44

A sociedade B, que se constituiu, para o exercício da atividade de fabricação de mobiliário de madeira, por escritura pública de 02.02.2015, que foi apresentada a registo na conservatória do registo comercial no dia seguinte, entregou em 12.02.2015 a declaração de início de atividade para efeitos de IRC e IVA, da qual fez constar que esse início ocorreu em 09.02.2015, tendo ficado enquadrada no Regime Normal Trimestral.

QUESTÕES IVA

Tendo o seu técnico oficial de contas verificado que B efetuou aquisições de bens no período ocorrido entre 03.02.2015 e 09.02.2015, poderá deduzir o IVA constante das correspondentes faturas?

- a. Só poderá fazê-lo com autorização do chefe do serviço de finanças.
- b. Pode, uma vez que o direito à dedução pode ser exercido até ao decurso de quatro anos após o nascimento do direito à dedução.
- c. Pode, desde que apresente declaração de início retificativa da apresentada, fazendo coincidir a data de início de atividade com a data da primeira fatura.
- d. Só poderá fazê-lo se retificar a escritura pública.

Pergunta 45

Dos documentos a seguir indicados, emitidos a um sujeito passivo do Regime Normal Mensal, apenas não é possível deduzir o IVA mencionado num deles. Indique o documento em causa.

- a. Fatura que contém os elementos previstos no art. 36.º do CIVA, mas não contém a referência à autorização ministerial relativa à tipografia que a imprimiu.
- b. Fatura emitida pelo próprio adquirente, mas que satisfaz todos os requisitos exigidos pelo art. 36.º do CIVA.
- c. Fatura correspondente a um adiantamento efetuado, por transferência bancária, a um fornecedor nacional enquadrado no Regime Normal Mensal, que contém todos os elementos exigidos pelo art. 36.º do CIVA.

QUESTÕES IVA

d. Fatura correspondente à aquisição de gasóleo a um revendedor de combustíveis e que não contém o n.º de identificação fiscal do adquirente.

Pergunta 46

1. A Sociedade de Construções do Algarve, Lda., com sede em Faro, enquadrada no Regime Normal Mensal, tem os seus trabalhadores deslocados em Barcelona (Espanha) desde janeiro de 2013, na construção de um empreendimento turístico de luxo, pertencente a um sujeito passivo de IVA espanhol, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES.

A totalidade do volume de negócios realizado pela empresa portuguesa em 2013, 2014 e 2015 foi faturada ao referido sujeito passivo espanhol.

Considerando que a empresa portuguesa reportou, desde janeiro de 2013, o IVA suportado no território português, o qual atingia, em 28.02.2015, o montante de € 2000,00, poderia ter solicitado o seu reembolso na declaração periódica do IVA referente ao mês de fevereiro de 2015?

- a. Sim, desde que desse cumprimento ao Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho.
- b. Não poderia, uma vez que durante o período a que se reporta o crédito apenas realizou operações tributáveis em Espanha.
- c. Não poderia, uma vez que o IVA suportado não é dedutível, por força do que dispõe o artigo 20.º do CIVA.
- d. Não poderia, uma vez que o crédito a seu favor não atinge € 3000,00.

Pergunta 47

Das quatro afirmações que se seguem, assinale a que é verdadeira:

QUESTÕES IVA

- a. Uma sociedade que vem desenvolvendo, simultaneamente, a atividade de construção de prédios para habitação e de empreitadas de obras públicas, pode aplicar o método da percentagem de dedução (conhecido por pro rata) para efetuar o cálculo do IVA que pode deduzir.
- b. Os sujeitos passivos do regime normal podem deduzir o IVA constante de segundas vias de faturas.
- c. Uma sociedade que, em determinada declaração periódica, apure um crédito de IVA no valor de € 100,00, não poderá, em circunstância alguma, solicitar o seu reembolso.
- d. Uma empresa do Regime Normal Mensal que não deduziu o IVA de uma fatura que lhe foi emitida em outubro de 2011, por tê-la extraviado, já não poderá fazê-lo neste momento.

Pergunta 48

- 1. Uma sociedade que exerça a atividade de “café” e obtenha, simultaneamente, comissões do totobola, totoloto e euromilhões:
 - a. Terá obrigatoriamente de utilizar o método da percentagem de dedução (pro rata) para determinar o IVA que pode deduzir nas aquisições de bens e serviços de utilização mista.
 - b. Poderá determinar o IVA dedutível nas aquisições nos bens e serviços de utilização mista, aplicando o método da percentagem de dedução ou a afetação real.
 - c. Terá obrigatoriamente de utilizar o método da afetação real.
 - d. Pode deduzir a totalidade do IVA suportado.

QUESTÕES IVA

Pergunta 49

1. A Sociedade de Construção do Minho, Lda., com sede em Braga, que se dedica à construção de prédios habitacionais para venda e à realização de empreitadas de obras públicas e privadas, deverá efetuar a dedução do IVA suportado nas aquisições de bens e serviços com base:

- a. Nas regras gerais de dedução, sem qualquer limitação.
- b. No método da percentagem de dedução (pro rata).
- c. No método da afetação real.
- d. No método da percentagem de dedução (pro rata) ou no método da afetação real.

Pergunta 50

Por ter reduzido significativamente a sua atividade, uma empresa têxtil, com sede em Santo Tirso, enquadrada no Regime Normal Mensal, arrendou um dos seus armazéns, em cuja construção, que ficou concluída em março de 2011, suportou IVA no montante de € 24 000,00, a uma empresa de distribuição de produtos alimentares, igualmente enquadrada no Regime Normal Mensal, mediante contrato de arrendamento celebrado em setembro de 2015, válido pelo período de três anos.

Não tendo renunciado à isenção consignada no n.º 29 do art. 9.º do CIVA, terá a empresa de Santo Tirso de, relativamente ao ano de 2015, efetuar alguma regularização do IVA que deduziu na construção do armazém?

- a. Sim. Terá de, na declaração periódica de dezembro de 2015, efetuar uma regularização a favor do Estado, na importância de € 19 200,00.
- b. Sim. Terá de, mensalmente, efetuar uma regularização a favor do Estado, na importância de € 100,00.

QUESTÕES IVA

c. Não. Só teria de regularizar parte do IVA que deduziu se tivesse transmitido o imóvel.

d. Não, uma vez que o arrendamento de imóveis está isento de imposto, nos termos do n.º 29 do art. 9.º do CIVA.

Pergunta 51

1. Um Município, que utiliza o método da percentagem de dedução (pro rata) a que se refere o artigo 23.º do CIVA para determinar o IVA que tem direito a deduzir nos bens e serviços de utilização mista, alienou no mês de março de 2015, pelo preço de € 50 000,00 (valor sem IVA), uma viatura pesada de mercadorias utilizada indistintamente em operações que conferem direito à dedução e operações que não conferem esse direito, que havia adquirido em setembro de 2012 e na qual suportou IVA no montante de € 19 000,00.

Sabendo-se que os pro rata definitivos de 2011 e 2012 foram, respetivamente, de 4% e 5%, qual o montante do IVA que o Município poderá regularizar, a seu favor, em relação à referida transmissão?

a. € 1 900,00;

b. € 3 800,00;

c. € 7 220,00;

d. € 7 600,00.

Pergunta 52

Uma associação cultural e desportiva, enquadrada no Regime Normal Trimestral, participante em provas de ciclismo, que utiliza o método da percentagem de dedução

QUESTÕES IVA

(pro rata) a que se refere o n.º 1 do artigo 23.º do CIVA, obteve durante o ano de 2014 os seguintes proveitos:

(valores em euros)

Quotas dos associados 20 000,00

Patrocínios atribuídos à equipa de ciclismo 70 000,00

Subsídio à exploração 60 000,00

Subsídio para a aquisição de uma viatura destinada ao transporte dos ciclistas

50 000,00

Total 200 000,00

Perante tais dados, qual a percentagem de IVA que a associação em causa poderá deduzir durante o ano de 2015 nas aquisições de bens e serviços de utilização mista?

- a. 13%.
- b. 47%.
- c. 65%.
- d. 87%.

Pergunta 53

O Sr. Costa, enquadrado no Regime Normal Trimestral do IVA, possui, na cidade de Beja, um café, onde, além dos serviços de cafetaria, procede à venda de jornais e revistas, à venda de tabaco através de uma máquina de distribuição automática, recebendo uma comissão sobre as respetivas vendas, procedendo, ainda, ao registo do totobola, totoloto e euromilhões.

QUESTÕES IVA

Durante o ano de 2014 os proveitos provenientes da atividade desenvolvida foram os seguintes: i) Serviços de cafetaria - € 100 000,00; ii) Vendas de jornais e revistas - € 15 000,00; iii) Comissões sobre as vendas de tabaco - € 5 000,00; iv) Comissões do totobola, totoloto e euromilhões - € 27 000,00; v) Venda de um bem de investimento totalmente amortizado - € 3000,00.

Estando o Sr. Costa a utilizar o método da percentagem de dedução, vulgarmente designado de pro rata, o IVA que poderá deduzir durante o ano de 2015, nas aquisições de bens e serviços de utilização mista, será o resultante da aplicação da percentagem de:

- a. 69%.
- b. 79%.
- c. 82%.
- d. 98%.

Pergunta 54

Uma empresa têxtil, com sede na Covilhã, enquadrada no Regime Normal Mensal, que vende toda a sua produção para os mercados interno e externo, candidatou-se a um programa de apoio para uma ação de formação profissional que pretende ministrar aos seus trabalhadores, tendo-lhe sido atribuído pelo Estado português um subsídio correspondente a 50% dos custos incorridos.

Nestas condições, a empresa têxtil:

- a. Tem direito à dedução da totalidade do IVA suportado, não se lhe aplicando a disciplina do artigo 23.º do CIVA.
- b. Terá de determinar o IVA dedutível mediante a afetação real de todos os bens e serviços utilizados.

QUESTÕES IVA

- c. Terá de utilizar o método da percentagem de dedução (pro rata) para determinar o IVA dedutível, caso não opte pelo método da afetação real.
- d. Terá de considerar que o subsídio recebido tem IVA incluído.

Pergunta 55

1. Dada a escassez de encomendas com que se tem debatido, uma empresa têxtil com sede em Braga, enquadrada no Regime Normal Mensal, e que se mantém em atividade, alienou no mês de março de 2015, a uma Associação, enquadrada no art. 9.º do CIVA, um dos armazéns que possui no território nacional, por si construído e cujas obras de construção foram concluídas em julho de 2009, tendo sido ocupado de imediato.

Sabendo-se que, com essa construção, foi deduzido IVA no montante de € 200 000,00, terá a empresa têxtil de, relativamente à venda do armazém, proceder à regularização do IVA que deduziu?

- a. Não.
- b. Terá de efetuar uma regularização a favor do Estado da importância de € 140 000,00, na declaração periódica de março de 2015.
- c. Terá de efetuar uma regularização a favor do Estado da importância de € 140 000,00, na declaração periódica de dezembro de 2015.
- d. Terá de efetuar uma regularização a favor do Estado da importância de € 80 000,00, na declaração periódica de dezembro de 2015.

Pergunta 56

1. Uma fábrica de calçado, enquadrada no Regime Normal Mensal, adquiriu, em regime de locação financeira, uma viatura ligeira de passageiros, a gasóleo, para

QUESTÕES IVA

utilização de um dos seus vendedores. Em relação ao IVA suportado com as rendas do contrato de locação financeira, com as despesas de reparação e com a aquisição de gasóleo:

- a. É dedutível, em 50%, o IVA respeitante à aquisição de gasóleo, não sendo dedutível o IVA referente às rendas e às despesas de reparação.
- b. Não é dedutível, dado verificar-se a exclusão do direito à dedução do IVA relativo a todas as despesas referidas.
- c. Não é dedutível o IVA relativo às rendas de locação financeira e às despesas de reparação, sendo dedutível, na totalidade, o IVA suportado com a aquisição de gasóleo.
- d. É dedutível o IVA suportado com todas as despesas referidas.

Pergunta 57

1. Uma empresa com sede em Lisboa, enquadrada no Regime Normal Mensal, especializada na construção de pontes, tem vindo a desenvolver a sua atividade em Portugal e Espanha.

No passado ano de 2012, o volume de negócios realizado em Portugal foi de € 1 200 000,00 e o realizado em Espanha foi de € 800 000,00.

No corrente ano de 2013, o volume de negócios já realizado em Portugal é de € 90 000,00 e o já realizado em Espanha de € 80 000,00.

Sabendo-se que o IVA já suportado durante o ano de 2013 foi de:

(Valores em euros)

Iva suportado em Portugal	Iva suportado em Espanha
---------------------------	--------------------------

Construção de pontes em Portugal	
----------------------------------	--

9000,00	---
---------	-----

QUESTÕES IVA

Construção de pontes em Espanha

3000,00 5000,00

2.

qual o IVA que a empresa de Lisboa poderá deduzir em Portugal?

- a. € 7200,00.
- b. € 9000,00.
- c. € 12 000,00.
- d. € 17 000,00.

Pergunta 58

Tendo assumido recentemente a contabilidade do Sr. Passos, que se dedica ao fabrico de mobiliário, estando enquadrado no Regime Normal Trimestral, o novo técnico oficial de contas verificou que o seu antecessor não havia contabilizado três faturas, com forma legal, emitidas por um fornecedor de matérias-primas, e nas quais havia sido liquidado IVA nos seguintes montantes:

- i) € 200,00 numa fatura emitida em 31.12.2010;
- ii) € 300,00 numa fatura emitida em 25.11.2011;
- iii) € 400,00 numa fatura emitida em 22.12.2012.

Qual o IVA que poderá ser deduzido pelo Sr. Passos durante o ano de 2013?

- a. Zero.
- b. € 400,00.

QUESTÕES IVA

c. € 700,00.

d. € 900,00.

Pergunta 59

A sociedade E, com sede em Ovar, que se dedica à fabricação de auto rádios, dispõe de uma cantina onde fornece refeições aos seus empregados.

Não tendo renunciado à isenção a que se refere o n.º 36 do artigo 9.º do CIVA, a sociedade E deverá efetuar a dedução do IVA suportado nas aquisições de bens e serviços de utilização mista com base:

a. Nas regras gerais de dedução, sem qualquer limitação.

b. No método da percentagem de dedução (pro rata).

c. No método da afetação real.

d. No método da percentagem de dedução (pro rata) ou no método da afetação real.

Pergunta 60

Uma sociedade que se dedicava exclusivamente à construção de prédios para venda, construiu durante os anos de 2009 e 2010 o edifício onde tem os seus escritórios e armazéns, que ocupa desde setembro de 2010, e no qual suportou IVA no montante de € 100 000,00.

Dada a crise que se verifica no setor e tendo vendido, em novembro de 2012, a última vivenda por si construída, decidiu alterar a sua atividade, passando, a partir de janeiro de 2013, a dedicar-se em exclusivo à realização de empreitadas.

QUESTÕES IVA

Face a tal alteração de atividade poderá recuperar alguma parcela do IVA suportado com a construção dos escritórios e armazéns?

- a. Não. O CIVA não prevê essa possibilidade.
- b. Não pode, uma vez que já passaram mais de 4 anos sobre a data da conclusão das obras.
- c. Tem direito à dedução de 6/10 do IVA suportado.
- d. Tem direito à dedução de 16/20 do IVA suportado.

Pergunta 61

1. A sociedade D, com sede e único estabelecimento em Portalegre, enquadrada no Regime Normal Mensal, vai começar a efetuar vendas para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Terá, nessas circunstâncias, de juntar às declarações periódicas do IVA os anexos referentes às operações consideradas realizadas com tais Regiões?

- a. Uma vez que tais vendas estão sujeitas a IVA às taxas vigentes nas Regiões Autónomas, tem obrigatoriamente de juntar os anexos referidos.
- b. Apesar de as vendas em causa estarem sujeitas a IVA às taxas vigentes no Continente, tem obrigatoriamente de juntar os anexos referidos.
- c. Destinando-se os referidos anexos a permitir aos Governos Regionais controlar as compras efetuadas pelos sujeitos passivos estabelecidos nas Regiões Autónomas, a sociedade D tem obrigatoriamente de os apresentar.

QUESTÕES IVA

d. A sociedade D não tem de juntar os mencionados anexos às suas declarações periódicas.

Pergunta 62

A sociedade E, enquadrada no Regime Normal Mensal, com sede em Bragança, pretende recorrer ao processamento de faturas globais, respeitantes a cada mês. Poderá fazê-lo?

- a. Não. O CIVA não prevê essa possibilidade.
- b. Pode, desde que o requeira ao diretor de finanças da área da sede.
- c. Pode, desde que previamente comunique tal facto ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- d. Pode, sem dependência de qualquer comunicação ou requerimento.

Pergunta 63

Uma sociedade por quotas, constituída por escritura pública de 02.01.2015, iniciou a atividade de fabrico de calçado no dia 15.03.2015.

Nestas condições, a declaração de início de atividade para efeitos de IVA e IRC teve de ser apresentada:

- a. No prazo de 15 dias a partir da data da apresentação a registo na conservatória do registo comercial.
- b. Antes do dia 02.01.2015.
- c. Entre o dia 02.01.2015 e o dia 15.03.2015.

QUESTÕES IVA

d. Até ao dia 15.03.2015.

Pergunta 64

Um sujeito passivo retalhista, enquadrado no Regime Normal Trimestral, efetuou uma venda a dinheiro de mercadorias, no valor de € 90,00, a outro sujeito passivo de imposto, enquadrado no mesmo regime.

Nestas condições:

- a. É obrigatória a emissão da respetiva fatura, podendo o preço ser indicado com inclusão do imposto e fazendo referência à taxa ou taxas aplicáveis.
- b. É obrigatória a emissão da respetiva fatura, que tem, obrigatoriamente, de discriminar a taxa ou taxas aplicáveis e o montante do imposto devido.
- c. É obrigatória a emissão de fatura simplificada.
- d. Poderá emitir fatura ou fatura simplificada.

Pergunta 65

- 1. Das quatro afirmações que se seguem, indique a única que não é verdadeira.
 - a. As faturas emitidas por computador, por uma empresa que utiliza guias de remessa como documento de transporte, têm obrigatoriamente de conter a expressão “Processado por computador”.
 - b. As faturas devem ser processadas em duplicado, destinando-se o original ao cliente e a cópia ao arquivo do fornecedor.

QUESTÕES IVA

- c. Um sujeito passivo que optou pelo processamento de faturas globais mensais, poderá emitir as faturas correspondentes às operações realizadas durante o mês de dezembro de 2013, com data de janeiro de 2014.
- d. Nas transmissões de imóveis, a escritura pública pode substituir a fatura.

Pergunta 66

- 1. Das quatro situações a seguir descritas, apenas numa delas é obrigatório proceder à regularização do IVA. Assinale essa situação.
 - a. Devolução de bens efetuada por um sujeito passivo do Regime Normal Mensal a outro do mesmo regime.
 - b. Erro praticado por um sujeito passivo do Regime Normal Trimestral no preenchimento da declaração periódica do 2.º trimestre de 2014, de que resultou ter apurado um crédito superior ao devido em € 2000,00.
 - c. Trânsito em julgado, em fevereiro de 2015, da sentença de verificação e graduação de créditos de um processo de insolvência de um cliente, que devia a um sujeito passivo do Regime Normal Mensal o valor das faturas que este lhe emitiu no 1.º semestre de 2012 e que se venceram no prazo de 90 dias.
 - d. Emissão, por parte de um sujeito passivo do Regime Normal Trimestral, de uma fatura em que liquidou IVA à taxa de 13%, quando devia ter aplicado a taxa de 6%.

Pergunta 67

- 1. Das quatro afirmações a seguir apresentadas, relacionadas com a regularização do IVA, assinale a verdadeira.
 - a. A correção de erros materiais ou de cálculo nos registos contabilísticos ou nas declarações periódicas pode ser efetuada a todo o tempo.

QUESTÕES IVA

- b. A correção de erros materiais ou de cálculo nos registos contabilísticos ou nas declarações periódicas pode ser efetuada no prazo de dois anos.
- c. A correção de erros materiais ou de cálculo nos registos contabilísticos ou nas declarações periódicas, de que tenha resultado imposto a mais entregue ao Estado, pode ser efetuada no prazo de dois anos.
- d. A correção de erros materiais ou de cálculo nos registos contabilísticos ou nas declarações periódicas, de que tenha resultado imposto a menos entregue ao Estado, pode ser efetuada, sem qualquer penalidade, até ao final do período de imposto seguinte.

Pergunta 68

A sociedade A, com sede em Leiria, enquadrada no Regime Normal Mensal, emitiu em 15.01.2013 a um seu cliente com sede na Guarda, uma fatura em que liquidou IVA à taxa de 23%, quando deveria tê-lo feito à taxa de 13%.

O cliente, que ainda não pagou, reivindica a regularização do IVA a seu favor.

Poderá o fornecedor efetuar a regularização do IVA que liquidou a mais?

- a. Não, uma vez que já decorreu mais de um ano sobre a data em que o IVA se tornou exigível.
- b. Sim, uma vez que ainda não decorreram os dois anos a que se refere o n.º 3 do art. 78.º do CIVA.
- c. Sim, uma vez que ainda não decorreram os dois anos a que se refere o n.º 6 do art. 78.º do CIVA.
- d. Sim, uma vez que ainda não decorreram os quatro anos a que se refere o n.º 2 do art. 98.º do CIVA.

Pergunta 69

1. Das situações a seguir descritas, ocorridas numa empresa portuguesa, enquadrada no Regime Normal Mensal, assinale aquela em que é obrigatório proceder à regularização do IVA.
 - a. Concessão de um rappel de 3% sobre as compras efetuadas no último ano pelo melhor cliente.
 - b. Aceitação de uma devolução, por parte de um cliente, de mercadorias que lhe havia vendido há nove meses atrás.
 - c. Emissão de uma fatura em que foi liquidado IVA à taxa de 13%, quando a taxa aplicável era a de 23%, apesar de a empresa ter ficado, nesse mês, em situação de crédito de imposto.
 - d. Declaração de insolvência com carácter limitado, com trânsito em julgado, de um cliente que tem para com a empresa uma dívida, vencida antes de 01.01.2013 que inclui IVA no montante de € 8000,00.

Pergunta 70

A sociedade A, enquadrada no Regime Normal Mensal, foi decretada insolvente, com carácter limitado, em 09.07.2015, tendo a decisão transitado em julgado no mesmo mês.

Essa sociedade tinha avultadas dívidas à sociedade B, igualmente enquadrada no Regime Normal Mensal, que pretende regularizar, a seu favor, o IVA incluído no valor do crédito incobrável.

O IVA incluído no referido crédito reporta-se a créditos vencidos nos anos de: 2010 – € 1000,00; 2011 – € 2000,00; 2012 - € 3000,00 e 2013 – € 9000,00.

QUESTÕES IVA

Qual o valor do IVA que a empresa B pode regularizar a seu favor na declaração periódica de julho de 2014?

- a. € 5000,00.
- b. € 9000,00.
- c. € 14 000,00.
- d. € 15 000,00.

Pergunta 71

O Sr. Fernandes, com residência fiscal em Espinho, compareceu em 05.09.2014 no Serviço de Finanças desse concelho para declarar o início, na mesma data, da atividade de comércio a retalho de produtos alimentares.

De conformidade com as declarações prestadas: i) Não iria possuir contabilidade organizada; ii) Não iria efetuar importações, exportações, ou operações assimiladas, mas iria realizar aquisições intracomunitárias de bens; iii) As vendas estimadas para o período de 05.09.2015 a 31.12.2015 foram de € 4000,00; iv) As compras estimadas para o mesmo período foram de € 8000,00.

Não tendo efetuado qualquer opção de regime ou de periodicidade, qual o regime em que ficou enquadrado?

- a. Regime Especial de Isenção.
- b. Regime Especial dos Pequenos Retalhistas.
- c. Regime Normal Trimestral.

QUESTÕES IVA

- d. Regime Normal Mensal.

Pergunta 72

O Sr. Dinis, enquadrado no Regime Especial dos Pequenos Retalhistas, suportou, durante o 2.º trimestre de 2015, IVA no pagamento das seguintes despesas: i) Gasolina; ii) Telefone e acesso à Internet; iii) Rendas com a locação de uma viatura ligeira de mercadorias.

Qual o IVA que pode deduzir?

- a. Apenas o correspondente à despesa indicada em ii).
- b. Apenas o correspondente à despesa indicada em iii).
- c. O correspondente às despesas indicadas em ii) e iii).
- d. Não pode deduzir o IVA de nenhuma das despesas indicadas.

Pergunta 73

Num procedimento de inspeção tributária concluído em 15.07.2015, o inspetor tributário que o realizou verificou que o Sr. Carlos, enquadrado no Regime Especial de Isenção (art. 53.º do CIVA) desde 2008, ainda se mantinha nesse regime, apesar de, durante o ano de 2010, ter prestado serviços no montante de € 15 000,00.

Tendo emitido o boletim destinado a alterar o enquadramento do Sr. Carlos, a partir de que data vai o mesmo ficar enquadrado no Regime Normal Trimestral?

- a. 1 de janeiro de 2012.
- b. 1 de fevereiro de 2012.

QUESTÕES IVA

- c. 1 de abril de 2012.
- d. 15 de fevereiro de 2015.

Pergunta 74

O Sr. Oliveira, que se encontra enquadrado, desde 01.01.2007, no Regime Especial dos Pequenos Retalhistas (artigo 60.º do CIVA), efetuou no corrente ano de 2015, no âmbito da sua atividade, as seguintes operações: i) Adquiriu, em 11.01.2015, a um fornecedor espanhol, cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES, mercadorias para revenda no valor de € 4000,00; ii) Importou, em 08.02.2015, do Brasil, mercadorias para revenda no valor de € 6000,00; iii) Em consequência de tais aquisições, as vendas realizadas no período de 01.01.2015 a 28.02.2015 atingiram o valor de € 10 000,00.

Perante tais dados e sabendo-se que as vendas efetuadas no ano de 2014 atingiram € 40 000,00 e que as vendas estimadas para o ano de 2015 são do valor de € 60 000,00, o Sr. Oliveira:

- a. Devia ter passado ao Regime Normal Trimestral a partir de 11.01.2015.
- b. Devia ter passado ao Regime Normal Trimestral a partir de 08.02.2015.
- c. Devia ter passado ao Regime Normal Trimestral a partir de 01.04.2015.
- d. Terá de passar ao Regime Normal Trimestral a partir de 01.04.2016.

Pergunta 75

O Sr. Morais, enquadrado no Regime Especial dos Pequenos Retalhistas desde 01.01.2005, efetuou durante o ano de 2014 compras de mercadorias no valor de € 70 000,00 e vendas de mercadorias no valor de € 100 000,00.

Perante tais dados:

QUESTÕES IVA

- a. Pode continuar no mesmo regime durante o ano de 2015.
- b. Devia ter apresentado a declaração de alterações durante o mês de janeiro de 2014, ficando enquadrado no Regime Normal Mensal a partir de 01.02.2015.
- c. Devia ter apresentado a declaração de alterações durante o mês de janeiro de 2014, ficando enquadrado no Regime Normal Trimestral a partir de 01.02.2015.
- d. Devia ter apresentado a declaração de alterações durante o mês de janeiro de 2015, ficando enquadrado no Regime Normal Trimestral a partir de 01.04.2015.

Pergunta 76

Das quatro afirmações a seguir apresentadas, relacionadas com as obrigações impostas pelo CIVA, assinale a que não é verdadeira.

- a. Os retalhistas podem emitir as faturas com o IVA incluído no preço.
- b. As faturas poderão ser elaborados pelo próprio adquirente dos bens ou serviços ou por um terceiro, em nome e por conta do sujeito passivo.
- c. Os sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas de imposto, que não conferem direito à dedução, não estão dispensados de entregar os mapas a que se referem as alíneas e) e f) do n.º 1 do art. 29.º do CIVA.
- d. Os organismos do Estado estão dispensados de entregar o mapa recapitulativo a que se refere a alínea f) do n.º 1 do art. 29.º do CIVA.

Pergunta 77

QUESTÕES IVA

A sociedade A, enquadrada no Regime Normal Trimestral, paralisou totalmente a sua atividade em 31.12.2012. Contudo, na presente data ainda possui no seu ativo imobilizado alguns bens, em cuja aquisição deduziu IVA.

Nestas condições:

- a. Ainda não reúne as condições para a cessação da atividade em IVA.
- b. Devia ter apresentado a declaração de cessação para efeitos de IVA no prazo de 30 dias, contados a partir de 31.12.2012.
- c. Devia ter apresentado a declaração de cessação para efeitos de IVA no prazo de 30 dias, contados a partir de 31.12.2014.
- d. Só pode cessar a atividade para efeitos de IVA após a sua dissolução.

Pergunta 78

Na declaração periódica de setembro de 2014, apresentada por transmissão eletrónica de dados em 08.11.2014, e na qual apurou um crédito de imposto de € 2000,00, que reportou para o mês seguinte, a empresa A, enquadrada no Regime Normal Mensal, inscreveu no campo 20 (IVA dedutível – Relativo a imobilizado) a importância de € 5000,00, quando a contabilidade apenas releva a de € 500,00.

Tendo detetado o erro durante o mês de março de 2015, como deverá proceder à regularização da situação?

- a. Inscrevendo a importância de € 4500,00 (diferença entre € 5000,00 e € 500,00) no campo 41 (regularizações a favor do Estado) da declaração periódica de agosto de 2015, mês em que foi detetado o erro.
- b. Inscrevendo a referida importância de € 4500,00 no campo 41 de uma qualquer declaração periódica que venha a apresentar no prazo de um ano, contado a partir de 08.11.2014.

QUESTÕES IVA

c. Inscrevendo a referida importância de € 4500,00 no campo 41 de uma qualquer declaração periódica que venha a apresentar no prazo de dois anos, contado a partir de 08.11.2014.

d. Remetendo uma declaração periódica de substituição para o mês de setembro de 2014.

Pergunta 79

O Sr. Costa, enquadrado no Regime Especial de Isenção desde 2002, realizou durante o ano de 2014 as seguintes operações: i) Compras de mercadorias no mercado nacional - € 6000,00; ii) Compras de mercadorias noutros Estados-Membros – € 12 000,00; iii) Vendas de mercadorias no mercado interno – € 9000,00.

Verificando-se que, neste momento, o Sr. Tavares ainda continua no Regime Especial de Isenção, estará bem enquadrado?

a. Sim, uma vez que reúne todas as condições exigidas pelo artigo 53.º do CIVA.

b. Não, uma vez que o seu volume de compras de mercadorias ultrapassou, em 2014, o montante de € 10 000,00.

c. Não, uma vez que em 2014 efetuou aquisições intracomunitárias de bens de valor superior a € 10 000,00.

d. Não, uma vez que deixou de reunir as condições do Regime Especial dos Pequenos Retalhistas.

Pergunta 80

O Sr. Freitas, enquadrado no Regime Especial dos Pequenos Retalhistas desde 01.01.2007, pelo exercício, na cidade de Bragança, da atividade de comércio a retalho de produtos alimentares, efetuou em 30.03.2015 uma aquisição de produtos

QUESTÕES IVA

alimentares em Espanha, a um empresário espanhol cujo n.º de identificação fiscal consta do VIES.

Nestas condições, o Sr. Freitas, que em 2014 teve um volume de negócios de € 80 000,00, deverá ser enquadrado no Regime Normal Trimestral a partir de:

- a. 30 de março de 2015.
- b. 15 de abril de 2015.
- c. 1 de junho de 2015.
- d. 1 de março de 2014.